



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATOR PARA A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM 2º TURNO SOBRE AS EMENDAS AO PROJETO DE LEI 1018/2014

- VOTO DO RELATOR -

O presente processo de lei é de autoria do nobre vereador ELVIS CÔRTEZ, que disciplina a disponibilidade de cadeiras de redás para deslocamento de pessoas portadores de necessidades especiais e idosos nas suas instalações, pelos estabelecimentos que especifica e dá outras providências.

O projeto de lei foi instruído com a legislação correlata à matéria. (fls.4/19); Houve parecer da Comissão de Constituição e Justiça (fl. 22/25), pela legalidade do projeto; parecer da comissão de meio ambiente e políticas urbanas, (fls.32/33)

Em análise as emenda substitutiva, número 1, de fls. 26/28, de autoria do vereador Jorge Santos, que altera os dispositivos da lei 8586/2003, que trata do mesmo objeto do projeto em debate, qual seja a obrigatoriedade por parte dos shopping Center e estabelecimentos similares de fornecer cadeira de rodas para pessoas portadoras de deficiência.

Com a emenda pretende o ilustre vereador, alterar o art. 1º da lei 8586/03 para conceituar estabelecimento similar para fins da citada lei, como sendo as lojas varejista de grandes redes supermercadistas, grandes magazines, grandes lojas de departamentos, restaurantes com mais de cinquenta lugares, bem como clínicas médias e odontológicas, parques turísticos aberto à visitação pública, parque de exposição, estações rodoviárias terminais de embarque e desembarque de passageiros, estádios e ginásios de esportes.

A presente emenda visa acrescentar em seu art. 2º uma redação que determina que as cadeiras fiquem em locais reservados com sinalização adequada, com placas indicativas e de fácil visualização.

A emenda, também visa estabelecer o acréscimo de um parágrafo no mesmo artigo 2º da lei 8586/03 para quantificar os equipamentos por estabelecimentos de forma diferente da propositura do projeto. Bem como fixa a responsabilidade pela manutenção das cadeiras de rodas e sua perfeita funcionalidade ao estabelecimento citado na lei.

Por fim, a emenda busca alterar o art. 5º da lei 8586/03, para fixar em um salário mínimo vigente àquele que descumprir o disposto na citada lei.

TR-DEB-SE-007-2017-2:29-002526-1/1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A emenda substitutiva de nº 2, de autoria do Vereador Cláudio da Drogaria Duarte, tem como objetivo a alteração do art. 2º do projeto na quantificação dos equipamentos para os estabelecimentos, denominados shopping Center, de forma diferente do projeto e da primeira emenda.

A emenda substitutiva de nº 3, também de autoria do Vereador Cláudio da Drogaria Duarte, tem como objetivo a alteração do art. 2º do projeto na quantificação dos equipamentos para os supermercados, de forma diferente do projeto e da primeira emenda.

A emenda substitutiva de nº 4, de autoria do Vereador Cláudio da Drogaria Duarte, tem como objetivo a alteração do art. 2º do projeto na quantificação dos equipamentos para os demais estabelecimentos, de forma diferente do projeto e da primeira emenda.

Distribuído à comissão à comissão de Legislação e Justiça, o presente projeto foi designado relator das emendas que recebe o seguinte parecer.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definitiva pelo artigo 52, I, a do Regimento Interno, passo a fundamentar o parecer e emitir o voto.

FUNDAMENTAÇÃO

Quanto ao parecer técnico no âmbito do aspecto de competência da comissão de legislação e justiça, emitimos o seguinte parecer:

Vejamos o que nos demonstra a legislação pertinente à matéria focada nas emendas ao Projeto de Lei apreço.

A Constituição Federal nos diz: Art. 30, I: “compete ao Município legislar sobre o assunto e interesse local”.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte nos ensina:

Art. 7º - “O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

- I- (...)
- II- Legislar sobre assunto de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As emendas ao projeto em debate não afronta a Carta Magna, tão pouco a Constituição Estadual, está em consonância com os dispositivos constitucionais. Por se tratar de assunto de interesse local, não sendo de competência privada do Executivo Municipal e nem da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei, bem como as emendas se inserem na competência do parlamentar. Não é antagônico, ao ordenamento jurídico vigente não contrapõe a Lei orgânica do Município de Belo Horizonte, nem aos dispositivos de ordem infraconstitucional, sendo, por conseguinte, legal.

Com a apresentação temos que as emendas ao presente projeto de Lei possui os atributos da novidade e da generalidade para o ordenamento jurídico. Quanto a regimentalidade, não há o que falar, posto que a proposição foi recebida pela Presidência e, não há reparação a ser feita quanto à técnica jurídica.

Considero nos termos da utilização dos estabelecimentos que 2 cadeiras atende periodicamente o publico, uma vez que a Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 no subsequente Art. 12 da Lei da Acessibilidade - Lei 10098/00 Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) já obriga a disponibilidade de cadeiras, por este motivo apresento a Sub-Emenda a Emenda 4 em anexo

Isto posto, observo que não há violação a Constituição Federal, a Constituição Estadual, lei correlata, e se obedece aos critérios legais, portanto, podemos concluir.

CONCLUSÃO

Sou pela Constitucionalidade, ***legalidade, juridicidade e, regimentalidade*** das emendas de nº 1 a 4 ao Projeto de Lei **1018/2014, com apresentação de Sub-Emenda a Emenda 4**

Belo Horizonte, 4 de Maio de 2017.


AURAIR GOMES
Relator

SUB-EMENDA SUBSTITUTIVA A EMENDA SUBSTITUTIVA Nº4 AO PROJETO DE LEI Nº1018/2014

Nº _____/2017


Ao Projeto de Lei nº1018/2014

A Emenda substitutiva nº4 passa a vigorar com a seguinte redação

:”Art. 2º - [...]

D) “Mínimo de 2 (duas) cadeiras de tração animal para disponibilização pelos shopping Centers”

Belo Horizonte 04 de Maio de 2017


AUTAIR GOMES
Vereador e Líder do PSC



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 1271/2014

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Ilustre Vereador Bispo Fernando Luiz, que, *“Altera a Lei nº 8.616/2003, que Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”*, a proposta foi justificada pelo autor na fl. de nº 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas fls. de nº 03 a 12.

Em fls. 13 o Projeto de Lei foi devidamente distribuído conforme art. 52 do Regimento Interno.

Ao ser encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça bem como a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, não houve quórum para as reuniões e, por conseguinte, a proposição não foi apreciada. Ao ser apreciado pela Comissão de Administração Pública, o parecer emitido fora pela aprovação da proposta.

Na data de 03 de março de 2017 o Vereador Bispo Fernando Luiz apresentou o substitutivo emenda nº 1 ao Projeto de Lei 1271/2014.

Quando da discussão e votação em primeiro turno, na 23ª reunião ordinária da 18ª Legislatura em votação simbólica no Plenário, a proposta fora aprovada.

Passo a análise do substitutivo emenda nº 1 conforme art.80 do R.I, autos distribuídos em 12/04/2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Passando a análise do substitutivo emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1271/2014, verifica-se que visa substituir o PL original para trazer nova redação ao art. 25-A, cuja transcrição se segue:

Art. 25-A- Fica o Poder Executivo autorizado a credenciar empresas sediadas em Belo Horizonte para a execução de serviços de transplante, supressão e poda de espécime arbórea e demais formas de vegetação em propriedades particulares, sendo que as despesas correrão por conta do solicitante do serviço.

Destarte, adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 Da constitucionalidade e da Legalidade

A apresentação do substitutivo emenda ao Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para “*legislar sobre assuntos de interesse local*”, bem como “*suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber*”. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar “*sobre assuntos de interesse local*”.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade o substitutivo emenda é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Transposta esta etapa, passemos a análise da legalidade do substitutivo emenda nº 1.

A legalidade pressupõe ideia de submissão ao poder de comando e obediência à lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. *A priori*, deve-se destacar que o substitutivo emenda em análise, opõe óbice ao art. 88, inciso II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (LOMBH), que determina ser privativo do executivo *“a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;”*. O substitutivo emenda nº 1 apresenta, portanto, vício de iniciativa na medida em que o § 1º do art 25-A, cria uma atribuição para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, de credenciar, fiscalizar e supervisionar as empresas privadas responsáveis pelos serviços.

2.2 Da Regimentalidade das Emendas

Conforme art. 128 do Regimento Interno desta Casa a emenda é a proposição apresentada como acessória de outra. No caso em tela a emenda proposta está classificada como substitutivo, pois visa alterar a proposição em seu todo, conforme inciso II do referente artigo.

Ainda quanto à apresentação de emenda deverão ser observadas as seguintes regras, conforme o § 1º do artigo supra, além das contidas no art. 99 do mesmo diploma normativo.

2.2.1 Da iniciativa

Quando da proposição da emenda esta pode ser apresentada por um vereador, conforme alínea “a” do § 1º, inciso I do artigo 128 do R.I. Verifica-se que o substitutivo emenda nº 1, foi proposto pelo Vereador Bispo Fernando Luiz, atendendo à iniciativa.

2.2.2 Da admissibilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para ser admitida regimentalmente a emenda deve ser pertinente ao assunto contido na proposição principal, ainda deve incidir sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de dispositivos correlatos, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterar os outros e por fim tempestiva, conforme as regras do inciso III do mesmo art.128 R.I.

Pois bem, o substitutivo emenda apresentado atende aos requisitos de admissibilidade exigidos. E por fim cabe a análise da tempestividade.


2.2.3 Da Tempestividade

Em análise verifica-se que o substitutivo emenda em questão está em conformidade com a alínea “a”, inciso III, §1º do artigo 128 do R.I, uma vez que foi proposto antes da discussão da proposição principal em 1º turno, e, por conseguinte, adequado está à tempestividade exigida regimentalmente.

3. DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, manifesto-me pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do substitutivo emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 1271/2014.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2017.


DOORGAL ANDRADA
Vereador PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI 1380/2014

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos de lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva nº 1, de autoria do Ilustríssimo Vereador Mateus Simões ao PROJETO DE LEI 1380/2014, de autoria do Ilustríssimo Vereador Jorge Santos, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em açougues e comércios do ramo, informando a procedência da carne que está sendo comercializada”.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 1380/2014, de autoria do Ilmo (a). Vereador (a), dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em açougues e comércios do ramo, informando a procedência da carne que está sendo comercializada. Tem como justificativa garantir ao consumidor o “direito de saber sobre a procedência da carne que está comprando”.

Este projeto, foi encaminhado para a Comissão de Legislação e Justiça no dia 23 de março de 2015, que emitiu parecer favorável pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade deste Projeto de Lei.

Em seguida, à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que manifestou pela sua aprovação, bem como a Comissão de Saúde e Saneamento que também concluiu pela sua aprovação.

O Projeto foi encaminhado para votação em primeiro turno e foi aprovado no dia 05 de abril de 2017.

Deu-se prosseguimento aos tramites para aprovação do projeto, e no dia 03 de março de 2017 foi apresentada a Emenda Substitutiva nº 1, que altera a redação do art. 1º e 2º deste PL.

CMH - 2017-6, Legislativa-27-Ato-2017-15-13-002291-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele projeto de lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, e ainda, o art. 170, V define como um dos princípios da ordem econômica a defesa ao consumidor.

Este PL se encontra em conformidade com o ordenamento constitucional brasileiro, que visto de uma forma global, busca a proteção aos cidadãos brasileiros em sentido amplo.

Portanto a Emenda Substitutiva nº 1 está em concordância com o ordenamento constitucional, e não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88 e pela Constituição do Estado de Minas Gerais.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Não há no ordenamento jurídico pátrio infraconstitucional norma que pugne pela ilegalidade da emenda em comento, pelo contrário, ela busca dar efetividade às normas de proteção ao consumidor definidas pela Lei 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem

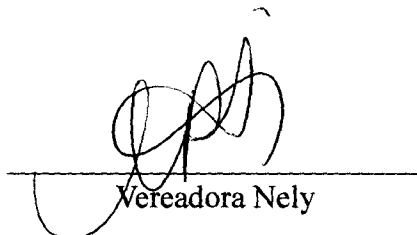
III. Da Regimentalidade:

A Emenda Substitutiva nº 1 do projeto de Lei 1380/2014 foram elaborados em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:
CONCLUSÃO
<i>HW (284)</i>

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** da Emenda Substitutiva nº 1 do Projeto de Lei 1380/2014.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2017,


Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI 1915/2016

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos de lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva nº1, de autoria da Ilustríssima Vereadora Áurea Carolina, e o Substitutivo-Emenda nº2, de autoria do Ilustríssimo Vereador Osvaldo Lopes, ao PROJETO DE LEI 1915/2016, de autoria do Ilustríssimo Vereador Veré da Farmácia e outros, que “dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos no município de Belo Horizonte, instituindo um programa de castração gratuita através de unidades móveis de esterilização, e dá outras providências”.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 1915/2016, de autoria do Ilmo (a). Vereador (a), dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos no município de Belo Horizonte, instituindo um programa de castração gratuita através de unidades móveis de esterilização. Tem como justificativa a necessidade de “efetivar medidas que viabilizem de forma efetiva o controle da reprodução desses animais”, por se tratar de questão que envolve a saúde pública.

Este projeto, foi encaminhado para a Comissão de Legislação e Justiça no dia 25 de abril de 2016, que emitiu parecer favorável pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade deste Projeto de Lei.

Em seguida, à Comissão de Administração Pública, que enviou uma proposta de diligência solicitando à Secretaria Municipal de Governo que prestasse esclarecimentos sobre a viabilidade técnica e operacional da matéria objeto deste PL. Em resposta ao pedido de esclarecimentos, a Secretaria Municipal de Governo entendeu que “não merece prosperar o projeto de lei em análise, seja porque o município já dispõe de mecanismos para o controle populacional de cães e gatos, seja por criar despesas sem a respectiva

27.04.2016 - Comissão de Legislação e Justiça - 27-ABR-2017-15:15-002299-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

indicação da fonte de custeio, seja por tratar de matéria de iniciativa do prefeito". Em seguida a Comissão de Administração Pública emitiu parecer pela rejeição deste PL. A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, no dia 16 de agosto de 2016 também concluiu pela sua rejeição.

O Projeto foi encaminhado para votação em primeiro turno e foi aprovado no dia 05 de abril de 2017.

Deu-se prosseguimento aos tramites para aprovação do projeto, e no dia 02 de março de 2017, foi apresentada a emenda substitutiva nº 1 (fls. 49), dando nova redação ao art. 5º deste PL, e no dia 06 de março de 2017, foi apresentado o substitutivo-emenda nº 2, as qual passo a análise em seguida.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele projeto de lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

Portanto, a análise do Substitutivo-emenda nº1 e da emenda supressiva nº 2 ao Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Emenda Substitutiva nº1 dá nova redação ao art. 5º deste PL, nos seguintes termos: "Fica o Poder Público autorizado a celebrar convênio e ou parcerias para cooperação técnica com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, sendo vedada a aferição de lucros por meio da implementação do serviço municipal permanente de controle reprodutivo de cães e gatos."

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Sendo assim, conclui-se pela inexistência de preceito constitucional que imponha obstáculos à matéria objeto desta Emenda Substitutiva nº 1.

O Substitutivo-Emenda nº2, na mesma linha da emenda substitutiva nº 1, trata de matéria de interesse local, qual seja o controle populacional de cães e gatos no âmbito do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Substitutivo-Emenda nº2, na mesma linha da emenda substitutiva nº 1, trata de matéria de interesse local, qual seja o controle populacional de cães e gatos no âmbito do Município de Belo Horizonte, e nesta colenda, não há que se falar em inconstitucionalidade do Substitutivo-Emenda nº2 ao PL 1915/2016.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Não há no ordenamento jurídico pátrio infraconstitucional norma que pugne pela ilegalidade das emendas em comento, pois elas se encontram dentro das prerrogativas inerentes ao legislador municipal e são coerentes com os princípios regentes da administração pública, em especial o da eficiência que impõe à administração pública o dever de buscar meios para garantir que os anseios da população sejam alcançados da forma mais efetiva, acessível e célere possível.

III. Da Regimentalidade:

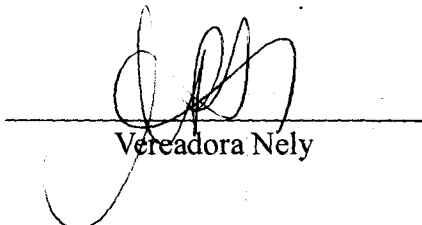
A Emenda Substitutiva nº 1 e o Substitutivo-Emenda nº2 do projeto de Lei 1915/2016 foram elaborados em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Substitutivo-emenda nº1 e da Emenda Supressiva nº2 do Projeto de Lei 1915/2016.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2017,


Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO - PROJETO DE LEI 154/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 154/2017 de autoria do Vereador Osvaldo Lopes que ***“Autoriza o poder Executivo a elaborar estudos e parcerias para implantação do Projeto 'Carreto do Bem’”***.

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 03/07.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 02 encontra-se a justificativa do autor.

Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl.14.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

PROJ. DE LEI Nº 154/2017 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - 02/11/2017 - 14:52 - 002349-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de qualquer país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, *"Autorizar o poder Executivo a elaborar estudos e parcerias para implantação do Projeto 'Carreto do Bem'"*.

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta ou não dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando atinge a Constituição Federal e ou a Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto *de tuna* quanto *de outra ou de ambas*.

O Projeto em tela é de interesse do Município, nos termos que dispõe o art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH, que definem a competência do Legislativo e do Executivo municipal para elaboração de leis municipais sobre assuntos de interesse local.

A qualidade de vida dos trabalhadores e melhoria dos transportes atualmente realizados com uso de tração animal ou humana, objeto da proposição de Lei em tela é competência da União, do Estado e dos Municípios.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

Legalidade

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo autorizar o poder Executivo a elaborar estudos e parcerias para implantação do Projeto 'Carreto do Bem', visando abolir o uso da tração animal e humana,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que são submetidos a cargas e jornadas excessivas com prejuízos irreversíveis à saúde humana e animal.

O Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1.941 (Lei das Contravenções Penais), em seu art. 6º cuida das penalidades para quem tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo.

A Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1.997, em seu art. 129 estabelece que *“O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana, dos ciclomotores e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários”*.

Também a Lei Municipal nº 10.119, de 24 de fevereiro de 2011 “dispõe sobre a circulação de veículo de tração animal e de animal, montado ou não, em via pública do Município e dá outras providências”

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

Técnica legislativa

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.



CONCLUSÃO

Belo Horizonte, 02 de maio de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 187/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 187/2017, de autoria do Ilustríssimo Vereador Cláudio da Drogaria Duarte, que “Assegura aos usuários do transporte coletivo municipal com deficiência e mobilidade reduzida o direito de embarque e desembarque entre as paradas obrigatórias (pontos de ônibus), e dá outras providências”.

RELATÓRIO

O PL 187/2017, de autoria do (a) Ilmo (a). Vereador (a) , assegura aos usuários do transporte coletivo municipal com deficiência e mobilidade reduzida o direito de embarque e desembarque entre as paradas obrigatórias (pontos de ônibus). Tem como justificativa facilitar a mobilidade dos beneficiários deste PL.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

PROJETO DE LEI Nº 187/2017 - LEGISLATIVA - 27-ABR-2017 - 15:13 - 002293-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Verifica-se que o projeto de lei 187/2017 invade a competência privativa da União, pois pretende legislar sobre o serviço de transporte público, matéria objeto de vedação expressa pelo art. 22 XI da CRFB/88, que determina: Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XI - trânsito e transporte;

Ao legislador municipal é resguardada a competência para legislar sobre matérias de interesse local quando este for comprovado e desde que não exista disposição normativa constitucional que determine a competência para a União ou Estados. A interpretação do STF vem se firmando no sentido de que:

A competência constitucional dos Municípios de legislar sobre interesse local não tem o alcance de estabelecer normas que a própria Constituição, na repartição das competências, atribui à União ou aos Estados [RE 313.060, rel. min. Ellen Gracie, j. 29-11-2005, 2ª T, DJ de 24-2-2006.];

E além disso o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503/97 define como competência dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

A lei orgânica do Município de Belo Horizonte, nos impõe que:

Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

§ 2º - À entidade da administração indireta, que será criada pelo Poder Público, caberão as atribuições, entre as referidas no artigo, fixadas em lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No Município de Belo Horizonte, a entidade de administração indireta a qual se refere a LOMBH, no art. retro citado é a BHTRANS, que tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, respeitadas a legislação federal e a estadual pertinentes, bem como o planejamento urbano do Município.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

A análise da legalidade ou ilegalidade do Projeto de Lei em epígrafe se encontra prejudicada tendo em vista a conclusão pela sua inconstitucionalidade.

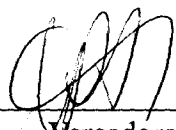
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 187/2017 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:
CONCLUSÃO
10 535

Diante do exposto, entendo pela **INCONSTITUCIONALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 187/2017.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2017,



Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 193/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Fui designado relator para a Comissão de legislação e Justiça, a fim de avaliar a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição de Lei nº 193/2017, de autoria do nobre vereador Irlan Melo, que "Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de casas de diversões, boates, casas de shows, hotéis, motéis, pensões, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres que permitirem a prática, fizerem apologia, incentivo, mediação, favorecimento ou omissão à prostituição infantil ou à pedofilia no Município de Belo Horizonte".

Designado Relator, na competência que me confere o inciso I, "a" do artigo 52 do Regimento Interno da CM, para emitir parecer por esta Comissão sobre o aspecto constitucional, legal e regimental passo, nessa condição, a fundamentar parecer e VOTO nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

Pretende o autor com o Projeto de Lei coibir a prática de pedofilia e a prostituição infantil, com a cassação do alvará do estabelecimento responsável pela fraude".

Antes de adentrarmos a análise da constitucionalidade da matéria, cumpre tecer alguns comentários sobre a iniciativa. Devemos definir se a iniciativa pertence ao Executivo, ao Legislativo ou população, ou seja, quem está legitimado a iniciar o processo de elaboração da lei em tela.

Protocolo: 2017-1659-002823-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

É sabido que ao Legislativo e ao Executivo é permitido legislar sobre matérias de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 7º- II, 87 e 88 da LOMBH. Sendo assim, não vejo nenhum óbice constitucional para o projeto de lei em tela.

DA CONSTITUCIONALIDADE/INCONSTITUCIONALIDADE

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. Ao Poder Legislativo é permitido legislar sobre matérias pertinentes ao interesse local, nos termos do art. 30, inciso I e II da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH. Nota-se que o Projeto de Lei em tela se encontra em conformidade com os princípios gerais de direito previstos explicita e implicitamente na Constituição Federal. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando a proposição fere os dispositivos Constituição Federal e Estadual. O Legislativo Municipal deve atuar dentro dos limites de legislar, observando os princípios constitucionais. federais e estaduais e, em determinados casos, desdobrando-os ou complementando-os. Entendo que a matéria objeto do, presente Projeto de Lei não contraria dispositivos da Constituição Federal ou da Constituição Estadual, logo, a luz do aspecto da Constitucionalidade, verifica-se que houve observância aos dispositivos da Carta da República e da Carta Magna Mineira.

DA LEGALIDADE/ILEGALIDADE

O que pretende o nobre colega com a Proposição apresentada é evitar a apologia, incentivo, mediação, favorecimento ou omissão à prostituição infantil ou à pedofilia em Belo Horizonte.

É dever da União, dos Estados e Municípios a proteção à criança, ao adolescente e ao jovem, sem distinção de qualquer natureza.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Logo, não vejo qualquer ilegalidade na proposição ora em análise.

DA REGIMENTALIDADE

No tocante à regimentalidade, não vejo vício capaz de impedir o prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, eis que se encontra em consonância com o Regimento Interno desta Casa.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 193/2017.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.


VEREADOR AUTAIR GOMES

Relator CLJ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI Nº 194/2017

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Irlan Melo, que *Dispõe sobre a requisição de veículos abandonados, em condições de uso, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, de instituições públicas municipais integrantes do Sistema Único de Saúde e dá outras providências*". A proposta foi justificada pelo autor nas folhas de nº 04/05.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 06/11.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a", do Regimento Interno, sobre:

a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei dispõe em suma que o veículo automotor apreendido ou removido a qualquer título, não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias de que trata a Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro),

PROJ. DE LEI Nº 194/2017 - 11:59:002278-001

enquanto não arrematado em leilão e desde que em condições de segurança para trafegar, poderá ser objeto de requisição para atendimento as necessidades coletivas, urgentes e transitórias, de instituições públicas municipais integrantes do Sistema único de Saúde- SUS.

Pela análise da proposição e justificação, busca o nobre vereador com o seu intento, evitar que os veículos apreendidos pelos agentes de trânsito e de fiscalização municipal e que não sejam retirados pelos proprietários no prazo legal, permaneçam nos pátios públicos em constante deterioração, ameaçando a saúde pública e o meio ambiente, enquanto poderiam atender as necessidades da saúde pública mediante a requisição administrativa de bens.

Da iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, enumera a Lei Orgânica as matérias de iniciativa privativa (art. 88, da LOMBH), dentre as quais não se enquadra o conteúdo deste Projeto de Lei.

Caracteriza-se, com isso, a correção da iniciativa legislativa para a proposição, inexistindo usurpação de competência a lhe obstar a tramitação, razão pela qual procedo à seguinte análise quanto à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa do Projeto de Lei em exame, nos exatos limites traçados no art. 52, I, “a”, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Da constitucionalidade

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, I, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*.

Ademais, a temática proposta está em consonância com o art. 5º, inciso XXV, da Magna Carta:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar “sobre assuntos de interesse local”.

Diante disso, não vislumbro inconstitucionalidade a macular a proposição.

Da Legalidade

Do ponto de vista legal, entendo que o Projeto de Lei está em consonância com a legislação infraconstitucional vigente, com destaque para a Lei Federal 8.080/90. Senão, vejamos:

O art. 15, XIII, da Lei Federal 8.080/90, preceitua que:

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização;

Destarte, o referido diploma legal permite a requisição administrativa de bens em casos de necessidade coletiva, urgente e transitória, nas quais se enquadram as decorrentes da saúde pública.

Ainda em análise legal, é salutar ressaltar a disposição do art. 328 da Lei

9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Art. 328. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico.

Nesse diapasão, os veículos abarcados pela proposição, são aqueles não retirados pelos proprietários no prazo acima estipulado. Deste modo, vislumbra-se a legalidade desse Projeto de Lei, vez que está em consonância com as legislações supracitadas.

Adendo ainda a toda explanação e objetivando a correção de possível ilegalidade que obste a tramitação do PL apresento emenda supressiva a proposta.

O parágrafo segundo do artigo segundo do PL determina que:

Durante o período em que o veículo permanecer à disposição de instituição pública municipal, correrão por conta desta as despesas de combustível, guarda, estada e outras de simples manutenção do veículo em condições de segurança para trafegar.

Desta maneira incorreu o legislador em criação de despesas para o Poder Executivo gerando aumento de despesas para a administração pública municipal, sendo certo que o PL não indicou a fonte de custeio e/ou estimativa de impacto financeiro-orçamentário tanto no exercício em que devam entrar em vigor quanto nos dois exercícios subsequentes, violando o princípio da prévia dotação orçamentária previsto pelo artigo 167, I e II da Constituição da República, artigos 68, I e 161, I e II, da Constituição Estadual e artigo 134, I e II da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, bem como violam a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) ao gerarem gastos sem apresentar as estimativas de impacto e as devidas compensações financeiras, nos termos dos seus artigos 15 a 17.

Sendo assim e atuando na competência desta comissão apresento emenda supressiva para que a proposta esteja em conformidade com a legalidade.

Da apresentação de emenda

Suprima-se o §2º do artigo 2 do Projeto de Lei 194/2017.


Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 194/2017 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico portanto vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

CONCLUSÃO

Do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 194/17 com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2017.



DOORGAL ANDRADA
Vereador PSD

EMENDA Supressiva Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 194/2017

Suprima-se o §2º do artigo 2 do Projeto de Lei 194/2017.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017


DOORGAL ANDRADA
Vereador PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 196/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Fui designado relator para a Comissão de legislação e Justiça, a fim de avaliar a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição de Lei nº 196/2017, de autoria do nobre vereador Irlan Melo, que "Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de empresas e postos estabelecidos no município que revenderem combustíveis adulterados e dá outras providências".

Designado Relator, na competência que me confere o inciso I, "a" do artigo 52 do Regimento Interno da CM, para emitir parecer por esta Comissão sobre o aspecto constitucional, legal e regimental passo, nessa condição, a fundamentar parecer e VOTO nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

Pretende o autor com o Projeto de Lei coibir a prática de adulteração de combustíveis no município de Belo Horizonte, com a cassação do alvará do estabelecimento responsável pela fraude".

Antes de adentrarmos a análise da constitucionalidade da matéria, cumpre tecer alguns comentários sobre a iniciativa. Devemos definir se a iniciativa pertence ao Executivo, ao Legislativo ou população, ou seja, quem está legitimado a iniciar o processo de elaboração da lei em tela.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

É sabido que ao Legislativo e ao Executivo é permitido legislar sobre matérias de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 7º- II, 87 e 88 da LOMBH. Sendo assim, não vejo nenhum óbice constitucional para o projeto de lei em tela.

DA CONSTITUCIONALIDADE/INCONSTITUCIONALIDADE

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. Ao Poder Legislativo é permitido legislar sobre matérias pertinentes ao interesse local, nos termos do art. 30, inciso I e II da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH. Nota-se que o Projeto de Lei em tela se encontra em conformidade com os princípios gerais de direito previstos explicita e implicitamente na Constituição Federal. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando a proposição fere os dispositivos Constituição Federal e Estadual. O Legislativo Municipal deve atuar dentro dos limites de legislar, observando os princípios constitucionais federais e estaduais e, em determinados casos, desdobrando-os ou complementando-os. Entendo que a matéria objeto do, presente Projeto de Lei não contraria dispositivos da Constituição Federal ou da Constituição Estadual, logo, a luz do aspecto do Constitucionalidade, verifica-se que houve observância aos dispositivos da Carta da República e da Carta Magna Mineira.

DA LEGALIDADE/ILEGALIDADE

O que pretende o nobre colega com a Proposição apresentada é proibir a prática comercial fraudulenta de combustíveis no município de Belo Horizonte e, conseqüentemente, evitar danos ao motor dos veículos e à saúde do consumidor.

É dever da União, dos Estados e Municípios elaborar medidas para garantir a proteção do consumidor.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Logo, não vejo qualquer ilegalidade na proposição ora em análise.

DA REGIMENTALIDADE

No tocante à regimentalidade, não vejo vício capaz de impedir o prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, eis que se encontra em consonância com o Regimento Interno desta Casa.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 196/2017.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.


VEREADOR AUTAIR GOMES

Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 201/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 201/2017 de autoria do Vereador Fernando Borja que ***“Proíbe o atendimento a idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e portadores de necessidades especiais no piso superior das agências bancárias no Município de Belo Horizonte e dá outras providências”***.

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 04/10.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 02/03 encontra-se a justificativa do autor.
Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl.12.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

Protocolo nº 27-AP-2017-1636-002316-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de qualquer país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, *“Proibir o atendimento a idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e portadores de necessidades especiais no piso superior das agências bancárias no Município de Belo Horizonte”*.

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta ou não dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando atinge a Constituição Federal e ou a Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto *de tuna* quanto *de outra ou de ambas*.

O Projeto em tela é de interesse do Município, nos termos que dispõe o art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH, que definem a competência do Legislativo e do Executivo municipal para elaboração de leis municipais sobre assuntos de interesse local.

O atendimento preferencial previsto na proposição de Lei em tela é competência da União, do Estado e dos Municípios.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

Legalidade

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo garantir que idosos, gestantes, pessoas com criança de colo e portadores de necessidades especiais não sejam obrigados a subir para pisos superiores nas agências bancárias quando do seu atendimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Lei Federal nº 10.048, de 08 de novembro de 2.000, em seu art. 1º estabelece que *“As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei”*.

Também a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000 *“Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”*.

Na esfera estadual, a Lei nº 11.666, de 09 de dezembro de 1.994 *“Estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 22, § 1º, I, da Constituição Estadual”*.

A Lei Municipal nº 7.317, de 07 de julho de 1997 *“Dispõe sobre o atendimento preferencial a gestantes, lactante, pessoa com criança de colo, pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e pessoa com deficiência ou como mobilidade reduzida”*.

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

Técnica legislativa

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 201/17.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 202/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 202/2017 de autoria do Vereador Gilson Reis que ***"Altera os arts. 43-A e 43-B da Lei nº 8.616/03 e acrescenta os arts. 43-C, 43-D e 43-E a essa Lei, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte."***

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 07/13.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 04/06 encontra-se a justificativa do Autor.
Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl. 15.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Nesse particular não há qualquer proibição de ordem constitucional sobre a matéria.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, *"Alterar a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte."*

A proposta apresentada pelo legislador não contraria a nossa Constituição da República.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento da corrente de que o **princípio de juridicidade** engloba o princípio da legalidade e o princípio de legitimidade.

Quer dizer, o princípio da legalidade passou a ser como um integrante de um princípio maior, qual seja, o princípio da juridicidade.

Distingui-se a noção de legalidade da noção de juridicidade. Este se encontra no domínio amplo de direito, exige-se do ato sua conformidade, não só com as regras jurídicas, como também com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito previsto explícita e implicitamente na Constituição. **Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do direito.

Desta feita, do ponto de vista de legalidade, presume-se que o Regimento Interno quis levar em conta a legislação infraconstitucional federal, posição a qual, salvo engano, vem sendo adotada por esta Casa desde a adoção da Resolução nº 2.042, de 29 de dezembro de 2000.

Feitas estas considerações, prossigo na análise deste tópico.

A Lei Federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que *“Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações...”* prevê em seu art. 4º, VII que: *“aos entes federados compete promover a conciliação entre as normas ambientais, de ordenamento territorial e de telecomunicações”*.

Neste sentido, a Lei 8.616, de 14 de julho de 2003, Contêm o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, que prevê, em seu art. 43-A – *“a instalação de mobiliário urbano subterrâneo”*.

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei e sua emenda de fl. 18 estão em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

Técnica legislativa

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do Projeto de Lei 202/2017.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 203/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 203/2017, de autoria do Ilustríssimo Vereador Dorgal Andrade que “Cria o benefício do desconto de 50% no valor das tarifas do sistema público de transporte coletivo urbano aos domingos e feriados e dá outras providências”.

RELATÓRIO

O PL 203/2017, de autoria do (a) Ilmo (a). Vereador (a), Cria o benefício do desconto de 50% no valor das tarifas do sistema público de transporte coletivo urbano aos domingos e feriados. Tem como justificativa proporcionar “maior economia e melhoria na mobilidade urbana” e ainda “diminuir o fluxo de veículos no município”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Legislativa - 27-Abr-2017 - 15:14 - 002294-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB). [RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral]

E ainda que:

Interpretação da Lei municipal paulista 14.223/2006. Competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. (...) O acórdão recorrido assentou que a Lei municipal 14.223/2006 – denominada Lei Cidade Limpa – trata de assuntos de interesse local, entre os quais, a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, com vistas a evitar a poluição visual e bem cuidar do meio ambiente e do patrimônio da cidade. [AI 799.690 AgR, rel. min. Rosa Weber, j. 10-12-2013, 1ª T, DJE de 3-2-2014]

Portanto este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a organização e controle do transporte público municipal, através de concessão do benefício de 50% de desconto no valor das tarifas do sistema público de transporte coletivo urbano no âmbito do município de Belo Horizonte, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, confirma a legalidade deste Projeto de Lei, já que estipula que:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade de seu objeto e preceitos.

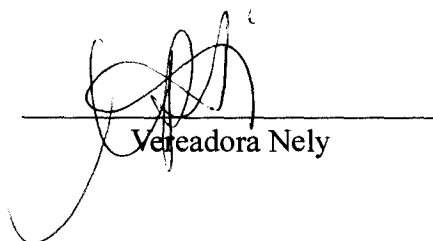
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 203/2017 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:
<u>CONCLUSÃO</u>

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 203/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017,


Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 204/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 204/2017, de autoria do Ilustríssimo Vereador Pedro Bueno, que “Dispõe sobre a proibição de execução de obras em vias públicas de grande movimento no horário comercial de Belo Horizonte/MG”.

RELATÓRIO

O PL 204/2017, de autoria do (a) Ilmo (a). Vereador (a) , “dispõe sobre a proibição de execução de obras em vias públicas de grande movimento no horário comercial de Belo Horizonte/MG”. Tem como justificativa “oferecer uma normatização da execução e realização de obras que obstruam total ou parcialmente as vias públicas em horários de maior congestionamento”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

Projeto de Lei 204/2017 - Comissão de Legislação e Justiça - 27/07/2017 - 15:14:002255-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB). [RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral.]

E ainda que:

Interpretação da Lei municipal paulista 14.223/2006. Competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. (...) O acórdão recorrido assentou que a Lei municipal 14.223/2006 – denominada Lei Cidade Limpa – trata de assuntos de interesse local, entre os quais, a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, com vistas a evitar a poluição visual e bem cuidar do meio ambiente e do patrimônio da cidade. [AI 799.690 AgR, rel. min. Rosa Weber, j. 10-12-2013, 1ª T, DJE de 3-2-2014.]

Portanto este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a normatização de execução de obras em vias públicas de grande movimento no horário comercial de Belo Horizonte - MG, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

A Lei 8.616/03, o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte que regula as operações, conservação e manutenção e o uso do logradouro público nos informa que o uso do logradouro público é facultado a todos e o acesso a ele é livre, desde que respeitadas as regras impostas pelo Código de Posturas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além disso, proíbe a obstrução parcial ou total do logradouro público:

Art. 6º A É vedada a colocação de qualquer elemento que obstrua, total ou parcialmente, o logradouro público, exceto o mobiliário urbano que atenda às disposições desta Lei.

Sendo assim, este PL vem para regulamentar norma expressa no ordenamento jurídico do município de Belo Horizonte, portanto, é não há que se falar em ilegalidade de seus objetos e preceitos.

III. Da Regimentalidade:

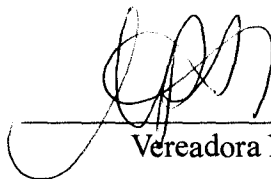
O Projeto de Lei 204/2017 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 204/2017.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2017,


Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 205/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 205/2017, de autoria do Ilustríssimo Vereador Carlos Henrique, que “Concede benefícios aos munícipes de Belo Horizonte doadores de Medula Óssea inscritos no Registro Nacional de Medula Óssea - REDOME”.

RELATÓRIO

O PL 205/2017, de autoria do (a) Ilmo (a). Vereador (a), Concede benefícios aos munícipes de Belo Horizonte doadores de Medula Óssea inscritos no Registro Nacional de Medula Óssea. Tem como justificativa a necessidade de ações para conscientização, informação e orientação sobre a facilidade de se fazer parte do cadastro de doadores e da importância da doação de medula óssea para salvar vidas.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Legislação e Justiça - 27-Abr-2017 - 15:14 - 002296-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB). [RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral.]

E ainda que:

Interpretação da Lei municipal paulista 14.223/2006. Competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. (...) O acórdão recorrido assentou que a Lei municipal 14.223/2006 – denominada Lei Cidade Limpa – trata de assuntos de interesse local, entre os quais, a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, com vistas a evitar a poluição visual e bem cuidar do meio ambiente e do patrimônio da cidade. [AI 799.690 AgR, rel. min. Rosa Weber, j. 10-12-2013, 1ª T, DJE de 3-2-2014.]

Portanto este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a concessão de benefícios a doadores de medula óssea no âmbito do município de Belo Horizonte, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Não há no ordenamento jurídico pátrio infraconstitucional norma que pugne pela ilegalidade do projeto de lei em pauta, portanto, não há que se falar em ilegalidade de seu objeto e preceitos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

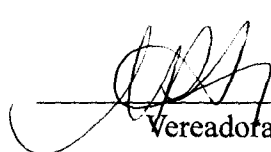
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 205/2017 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:
CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 205/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017,


Vereadora Nely



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 206/2017.

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Carlos Henrique, que “Dispõe sobre o incentivo ao cultivo da "citronela", como método natural de combate à dengue e dá outras providências”. A proposta foi justificada pelo autor nas folhas 03 a 06.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 07/18.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a", do Regimento Interno, sobre:

a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa instituir no Município de Belo Horizonte o incentivo ao cultivo da "citronela" - *cymbopogon winterianus*, como método natural de combate ao mosquito *aedes aegypti*, mediante divulgação sobre os benefícios do cultivo e a manipulação WT, da planta nas residências, comércio, indústrias e em terrenos baldios, sob esse aspecto adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2017-07-14 15:56:14-07-Mai-2017-16:52-002378-001



2.1 Da Iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. De imediato deve-se destacar que o projeto em análise, opõe a óbice ao art. 88, inciso II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, que determina ser privativo do executivo *“a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo”*, apresentando, portanto, vício de iniciativa.

2.2 Da Constitucionalidade

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*, bem como *“suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber”*. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar *“sobre assuntos de interesse local”*.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

2.3 Da Legalidade

A legalidade pressupõe ideia de submeter o poder de comando a obediência da lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia. A legalidade pressupõe a redução e



concordância de qualquer regra com as leis, legitimando os atos da administração pública.

O projeto de Lei nº 206/2017, apresenta obstáculos legais, pois disciplina matéria que deve ser regulada pelo Poder Executivo, senão vejamos:

A Lei nº 9.011, de 2005, determina que:

Art. 80-A – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade coordenar a elaboração e implementação da política ambiental do Município, visando a promover proteção, conservação e melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 80-B – **Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente:**

I – elaborar e implementar os planos, programas, pesquisas, projetos e atividades para a promoção da política ambiental;

II – coordenar, executar e avaliar a implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento ambiental; (grifo nosso)

E mais, abarcando direta ou indiretamente o conteúdo proposto pelo projeto em análise, cito a Decreto nº 15.876, de 2015 que regula alguns dos serviços da Fundação Zoo-botânica de Belo Horizonte, determinando que :

Art. 13 - O fornecimento de mudas de plantas, pela Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, respeitará as prioridades, após cumpridas as demandas internas dos programas específicos, *nos termos de ato normativo expedido pelo Presidente da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte.*

§ 2º - Doações de mudas de plantas serão permitidas para as seguintes situações: I - programas de conservação da biodiversidade implementados no Município ou em outras regiões do Estado, desde que como parte de parceria oficialmente estabelecida com outros órgãos governamentais ou com organizações não governamentais;

II - órgãos da Administração Pública estadual e federal que tenham relações de parceria com a Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte;

III - doação para entidades beneficentes e organizações não governamentais da área ambiental, reconhecidas como de utilidade pública;

VI - plantio em áreas de particulares, sejam pessoas físicas ou jurídicas, desde que aprovados pelo Conselho Curador, sob fundamento de comprovada relevância ambiental ou com finalidade de atendimento de políticas públicas.

§ 3º - É vedada a doação de mudas de plantas para campanhas de qualquer gênero.

Logo, esta proposta de lei apresenta vícios de iniciativa por determinar a implementação de políticas de cuidado com o meio ambiente e com a saúde que cabem ao Poder Executivo realizar através de seus órgãos competentes. Mormente esta



iniciativa deve ser considerada ilegal no ordenamento jurídico no que tange sua criação e posterior aprovação pela edilidade.

Ainda em análise legal vale ressaltar a juridicidade da proposta. A juridicidade diz respeito ao que está em consonância com a lei, obedecendo-lhe os preceitos e princípios orientadores. Deste modo, a juridicidade ultrapassa a legalidade, porque não comporta apenas o aspecto formal de criação da lei, e impõe a observância dos princípios e processos orientadores de um ordenamento jurídico.

Deste modo, devemos dizer que por vícios formais de iniciativa, haja vista a legislações citadas neste parecer, resta conclusivo ser inadequada a aprovação desta proposta como lei. Sendo assim, a proposta de lei do autor reveste-se de antijuridicidade vez que encontra restrições aos aspectos jurídicos do ordenamento legal vigente conforme apontado no parecer.

2.4 Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 206/2017 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico, portanto vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

3. CONCLUSÃO

Do exposto, manifesto-me pela Constitucionalidade, Ilegalidade e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 206/2017.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017.

DOORGAL ANDRADA

Vereador PSD

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 207/2017

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do *Ilustre Vereador Carlos Henrique*, que “*que proíbe, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida energética ainda gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, no âmbito do município de Belo Horizonte e da outras providências*”. A proposta foi justificada pelo autor em fls. nº 3 e fls. 4.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata em fls. 05/09.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno, sobre: aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Passando a análise do **Projeto de Lei nº 207/2017** que “*que proíbe, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida energética ainda gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, no âmbito do município de Belo Horizonte e da outras providências*”, adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 DA INICIATIVA:

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Legislação e Justiça - 03/11/2017 - 16:52 - 002397-001

constitucional da Separação Harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Diante disso, imediato deve-se destacar que o projeto em análise, opõe óbice ao art. 88, inciso II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, que determina ser privativo do executivo *“a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo”*, apresentando, portanto, vício de iniciativa.

Logo, o conteúdo da Proposição em análise reflete clara e indevida interferência na competência privativa do Prefeito, uma vez que dispõe sobre matéria ínsita à administração pública, relativa a atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público.

2.2 Da Constitucionalidade:

O Projeto de Lei não encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*, bem como *“suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber”*.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é inadequado, ferindo a Constituição da República.

2.3 Da invasão da competência da União para legislar sobre normas gerais de proteção e defesa da saúde:

Embora a competência para legislar sobre proteção e defesa da saúde seja concorrente da União e dos Estados, detêm de forma supletiva ou complementar, limitada ao atendimento de suas peculiaridades ou, de forma plena, somente quando não existirem normas da União sobre o tema.

Isso significa dizer, que dentro de um mesmo campo material (concorrência material de competência), reserva-se um nível superior ao ente federativo mais alto, ou seja, a União que fixa os princípios e normas gerais, deixando-se ao ente federativo que é o Estado-membro, uma competência.

Diante disso, faz-se mister ressaltar que a União traçou normas gerais sobre defesa e proteção da saúde no tocante aos alimentos e bebidas, desde a sua obtenção até o seu consumo, em todo o território nacional, por intermédio do Decreto-lei nº 986/69, em vigor, *restando aos Estados,*

competência para, apenas e tão-somente, o preenchimento de lacunas para aquilo que corresponda a peculiaridades regionais.

Entretanto, quanto ao tema objeto do presente projeto de lei, é possível uma legislação supletiva. No caso em tela somente se admite que a legislação municipal ou estadual venha suprir a inexistência de legislação federal de caráter geral somente "*para atender a suas peculiaridades,*" consoante se depreende do S 3º, do artigo 24, da Constituição Federal.

Importante destacar que os projetos de lei apresentados em âmbito municipal e estadual não revelam qualquer particularidade exclusiva dos cidadãos desses locais, haja vista o caráter geral da saúde pública.

2.4 Da invasão da competência da União para legislar sobre normas gerais sobre produção e consumo:

Da mesma forma, a legislação proibitiva da venda de energéticos para menores em determinadas localidades está inserida, por óbvio, no contexto das relações de consumo, portanto dentro da competência concorrente, e, como já mencionado, a Constituição Federal reservou as normas gerais para tratar do tema à União, deixando para os Estados-membros a legislação supletiva (art. 24, S2º), e para os Municípios o provimento dos assuntos locais, suplementando a Lei Federal e Estadual no que couber (art. 30, I e II).

Em situação análoga, o Supremo Tribunal Federal assim já se manifestou:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÕES EM EMBALAGENS DE BEBIDAS. COMÉRCIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL, ATUAÇÃO RESIDUAL DO ESTADO. MEMBRO IMPOSSIBILIDADE OFENSA AO ARTIGO 24, V, DA CF/88. ARTIGO 20, DA LEI ESTADUAL 2089/93. FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA REGULAMENTAR A MATÉRIA SIMETRIA AO MODELO FEDERAL COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. 1. Rótulos de bebidas. Obrigatoriedade de informações. Existência de normas federais em vigor que fixam os dados e informações que devem constar dos rótulos de bebidas fabricadas ou comercializadas no território nacional. Impossibilidade de atuação residual do Estado-membro. Afronta ao artigo 24, V, da Constituição Federal. Precedentes. 2. Delegação de competência. Inobservância do artigo 84, IV, da Carta Federal. Por simetria ao modelo federal, compete apenas ao Chefe do Poder Executivo estadual a expedição de decretos e regulamentos que garantam a fiel execução das leis. 3. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente para declarar ainconstitucionalidade da Lei 2089, de 12 de fevereiro de 1993, do Estado do Rio de Janeiro." (STF, ADI 910, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORREA, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2003, DJ 21-

Portanto, pode-se observar que não é permitido aos entes municipais ou estaduais, no suposto exercício da legislação concorrente ou meramente suplementar, inovar em sede de legislação que deveria ser de origem federal, uma vez que inexistem circunstâncias excepcionais pertinentes a determinadas localidades, sob pena de se ferir a repartição constitucional de competências.

2.5 Da inconstitucionalidade material – Excesso de poder legislativo em afronta ao princípio da proporcionalidade (adequação e necessidade):

Desta forma, proibir a venda de energéticos para menores e permitir a venda de outras bebidas que contém cafeína seria uma mera e indevida intervenção estatal na economia em franca violação ao princípio da livre iniciativa, previsto no art. 1º, IV, e, especialmente o da livre concorrência, previsto no art. 170, IV, ambos da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a jurisprudência do Eg. Supremo Tribunal Federal, a intervenção estatal na economia deve sempre ter em mira esses princípios, máxime, repita-se, quando não existirem fundamentos concretos hábeis a justificar a proteção a outro princípio constitucionalmente relevante, como, por exemplo, a saúde da população:

A intervenção estatal na economia, mediante regulamentação e regulação de setores econômicos, faz-se com respeito aos princípios e fundamentos da Ordem Econômica. CF, art. 170. O princípio da livre iniciativa é fundamento da República e da Ordem Econômica: CF, art. 1º, IV, art. 170. Fixação de preços em valores abaixo da realidade e em desconformidade com a legislação aplicável ao setor empecilho ao livre exercício da atividade econômica, com desrespeito ao princípio da livre iniciativa. Contrato celebrado com instituição privada para o estabelecimento de levantamentos que serviriam de embasamento para a fixação dos preços, nos termos da lei. Todavia, a fixação dos preços acabou realizada em valores inferiores. Essa conduta gerou danos patrimoniais ao agente econômico, vale dizer, à recorrente: obrigação de indenizar por parte do Poder Público. CF, art. 37, S 6º. Prejuízos apurados na instância ordinária, inclusive mediante perícia técnica." (RE 422.941, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 6-12-2005, Segunda Turma, DJ de 24-3-2006.) No mesmo sentido: Al 752.432 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 24-8-2010, Primeira Turma, DJE de 24-9-2010.

Portanto, considerando-se a necessidade de obediência do processo de edição das leis aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostra-se inadequada a proposta legislativa em apreço.

Transposta esta etapa passemos a análise da Regimentalidade.

3. Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei 207/2017 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico portanto vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 207/2017.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017.



DOORGAL ANDRADA
Vereador PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 208/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 208/2017, de autoria do Ilustríssimo Vereador Jorge Santos, que “Institui o Programa Adote uma Escola Municipal e dá outras providências”.

RELATÓRIO

O PL 208/2017, de autoria do (a) Ilmo (a). Vereador (a), Institui o Programa Adote uma Escola Municipal. Tem como justificativa que “em tempos de recessão e de dificuldades de repasse de verbas para manutenção das escolas municipais, toda a comunidade deve ser instada a manifestar-se no sentido de contribuir com a educação de nossas crianças que, inequivocamente, constituem o futuro de nosso município”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

Projeto de Lei 208/2017, de autoria do Ilmo. Vereador Jorge Santos, que institui o Programa Adote uma Escola Municipal e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Este projeto de lei busca dar efetividade aos objetivos relacionados à educação previstos na CRFB/88, que define que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Conclui-se, portanto que, este projeto de Lei coaduna com o ordenamento jurídico brasileiro, já que busca dar efetividade aos preceitos constitucionais relativos à educação.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Confirma ainda, a competência do legislador municipal, a Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 171 – Ao Município compete legislar: II – sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado: c) educação, cultura, ensino e desporto;

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, confirma a legalidade deste Projeto de Lei, já que estipula que no nosso Município:

Art. 157 - A educação, direito de todos, dever do Poder Público e da sociedade, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir sobre a realidade e visando à qualificação para o trabalho. (grifo nosso)

Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade de seu objeto e preceitos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

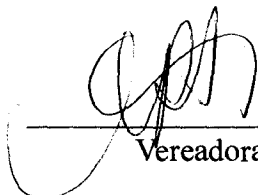
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 208/2017 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:
CONCLUSÃO
HM/284

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 208/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017,


Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 211/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DA RELATORA

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 211/2017, de autoria do Ilustríssimo Vereador Professor Wendel Mesquita, que “Dispõe sobre a sucessão de autorização na exploração do serviço de Transporte Escolar Município.”

RELATÓRIO

O PL 211/2017, de autoria do (a) Ilmo (a). Vereador (a) , Dispõe sobre a sucessão de autorização na exploração do serviço de Transporte Escolar Município. Tem como justificativa assegurar o direito dos herdeiros na sucessão do autorizatário da exploração de transporte escolar.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais estabelecidos pela carta magna.

Projeto de Lei 211/2017 - Comissão de Legislação e Justiça - 27-08-2017 - 15:15 - 002298-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

Entretanto, o art. 175 da CRFB/88 determina que incumbe ao Poder Público, na forma de lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação a prestação de serviços públicos, sendo assim, há que se concluir que toda prestação de serviço público feita através de concessão ou permissão deverá, em obediência ao preceito constitucional supracitado ser objeto de licitação.

Em decisão recente, a Ministra do Supremo Tribunal Federal Carmem Lucia asseverou:

É inconstitucional dispositivo legal que possibilita a transferência da permissão a parentes, em caso de morte ou de invalidez do permissionário, não propriamente por dispensar a licitação pública, mas por criar uma situação de privilégio, em detrimento do princípio da impessoalidade e do caráter personalíssimo do instituto. (Recurso Extraordinário. Agr. 835.267 STF.03.08.2015).

E ainda que:

É possível à Administração Pública conceder permissão de uso não qualificada àqueles que já exercem atividade econômica em espaço público, de acordo com a sua conveniência e seguindo critérios objetivos. No entanto, assegurar automaticamente a permanência de atuais ocupantes como um direito adquirido, independentemente de apreciação por parte da Administração Pública, fere os princípios da impessoalidade e do interesse público. (Recurso Extraordinário. Agr. 835.267 STF.03.08.2015).

Portanto este PL não pode ser considerado constitucional, já que fere tanto dispositivos expressos na CRFB/88, quanto a jurisprudência acerca do tema em análise.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além disso, há legislação infraconstitucional acerca desta temática, e assim sendo, o legislador municipal deve respeitá-la, lhe suplementar no que couber e não lhe contrariar em conformidade com o que determina a Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

A análise da legalidade ou ilegalidade do Projeto de Lei em epígrafe se encontra prejudicada tendo em vista a conclusão pela sua inconstitucionalidade.

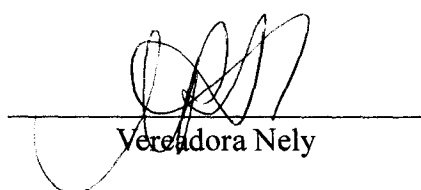
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 211/2017 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os trâmites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

Erro material. Leia-se:
CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **INCONSTITUCIONALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 211/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017,


Vereadora Nely



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO - PROJETO DE LEI 212/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 212/2017 de autoria do Vereador Jair di Gregório que ***“Proíbe a emissão de alvará para “sex shop” instalado nas adjacências e situações especificadas e dá outras providências”***.

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 04/09.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 03 encontra-se a justificativa do autor.

Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl.11.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

CC-BY-NC-SA. Lei 5.814-2017-16:58-00220-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de qualquer país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, "Proibir a emissão de alvará para empresas 'sex shop' instaladas nas adjacências e situações especificadas e dá outras providências".

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta ou não dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando atinge a Constituição Federal e ou a Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto *de tuna* quanto *de outra ou de ambas*.

O Projeto em tela é de interesse do Município, nos termos que dispõe o art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH, que definem a competência do Legislativo e do Executivo municipal para elaboração de leis municipais sobre assuntos de interesse local.

O PL em tela está de acordo com as normas da Carta Magna de 1988.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

Legalidade

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo preservar os valores essenciais no tocante à dignidade das pessoas, bem como evitar a instalação de 'sex shop' nas proximidades de estabelecimentos de ensino.

A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, "*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Também a Lei Municipal nº 7.166, de 27 de agosto de 1996, *"Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município"*.

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Projeto de Lei está em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

Técnica legislativa

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 212/17.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 214/2017 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 214/2017 de autoria do Vereador Jair di Gregório que ***"Institui o dia municipal do Evento 'Graça Brasil', da Igreja Assembleia de Deus."***

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 03/05.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 02 encontram-se a justificativa do Autor.

Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl. 07.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

PROJ. DE LEI Nº 214/2017 - 2017-16-53-000001-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de qualquer país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, *"Instituir o dia municipal do Evento 'Graça Brasil' da Igreja Assembleia de Deus."*

A proposta apresentada pelo legislador não contraria a nossa Constituição da República, estando capitulado o tema nos art. 5º, VI, da Carta Magna.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento da corrente de que o **princípio de juridicidade** engloba o princípio da legalidade e o princípio de legitimidade.

Quer dizer, o princípio da legalidade passou a ser como um integrante de um princípio maior, qual seja, o princípio da juridicidade.

Distingui-se a noção de legalidade da noção de juridicidade. Este se encontra no domínio amplo de direito, exige-se do ato sua conformidade, não só com as regras jurídicas, como também com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito previsto explícita e implicitamente na Constituição. **Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do direito.

Desta feita, do ponto de vista de legalidade, presume-se que o Regimento Interno quis levar em conta a legislação infraconstitucional federal, posição a qual, salvo engano, vem sendo adotada por esta Casa desde a adoção da Resolução nº 2.042, de 29 de dezembro de 2000.

Feitas estas considerações, prossigo na análise deste tópico.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em seu art. 5º dispõe que:

“Art. 5º – Ao Município é vedado:

I – estabelecer culto religioso ou igreja subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou de aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

...”

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Técnica legislativa

Considerando que a Lei n.º 7.028/96 institui o dia da lembrança do holocausto, entendo que o tema já está contemplado na legislação municipal. Entretanto, o adendo aqui referido não prejudica o andamento ou a aprovação da proposição em comento.

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela
constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 214/17

Belo Horizonte, 26 de abril de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 215/2017.

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores (as) Carlos Henrique, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Catatau da Itatiaia, Cida Falabella, Cláudio da Drogaria Duarte, Edmar Branco, Elvis Côrtes, Flávio dos Santos, Gabriel, Hélio da Farmácia, Irlan Melo, Jair di Gregório, Marilda Portela, Nely, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Professor Wendel Mesquita, Rafael Martins e Reinaldo Gomes, que “Acrescenta o inciso VII ao art. 6º da Lei nº 6.978/95, que ‘Dispõe sobre a construção e o funcionamento de posto de abastecimento’.”. A proposta foi justificada pelo autor na folha 02/03.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 04/07.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a", do Regimento Interno, sobre:

a) aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Passando a análise do Projeto de Lei nº 215/2017 que acrescenta o inciso VII ao art. 6º da Lei nº 6.978/95, que “Dispõe sobre a construção e o funcionamento de posto de abastecimento”, adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 Da Iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Legislação e Justiça - 27/04/2017 - 11:52:00Z/3-01



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. Verifico que o Projeto em análise, caracteriza-se pela correção da iniciativa legislativa para a proposição, inexistindo usurpação de competência a lhe obstar a tramitação, razão pela qual procedo à seguinte análise quanto à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 215/2017.

2.2 Da Constitucionalidade:

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*, bem como *“suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber”*. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar *“sobre assuntos de interesse local”*.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.

2.3 Da Legalidade:

A legalidade pressupõe ideia de submissão ao poder de comando e obediência à lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia.

Do ponto de vista legal, entendo que o Projeto de Lei está em consonância com a legislação vigente.

É sabido, como bem ressaltado na Justificação da proposição em análise, que a calibração dos pneus é questão de segurança do trânsito, prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em seu artigo 230, inciso XVIII que dispõe que comete infração quem conduzir veículo *“em mau estado de conservação, comprometendo a segurança (...)”*.

Logo, nos termos da Resolução ANP nº 41 DE 05/11/2013, bem como a Lei nº 6.978/95 é necessário que os postos de abastecimento instalados em Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fornece de forma gratuita a utilização dos aparelhos da calibragem de pneus, em condições técnicas adequadas, trazendo segurança para os ocupantes dos veículos, menor consumo de combustível, bem como redução da poluição ambiental.

Logo, a proposição mostra-se legal.

Ainda em análise legal vale ressaltar a juridicidade da proposta. A juridicidade diz respeito ao que esta em consonância com a lei, obedecendo-lhe os preceitos e princípios orientadores. Deste modo, a juridicidade ultrapassa a legalidade, porque não comporta apenas o aspecto formal de criação da lei, e impõe a observância dos princípios e processos orientadores de um ordenamento jurídico.

Deste modo, verifica-se que a proposta de lei do autor reveste-se de juridicidade vez que não encontra restrições aos aspectos jurídicos do ordenamento legal vigente conforme acima apontado.

2.4 Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 215/2017 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico portanto vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela Constitucionalidade, Legalidade, e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 215/2017.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017.

DOORGAL ANDRADA

Vereador PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 216/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 216/2017 de autoria do Vereador Doorgal Andrada que ***"Fica instituído, no Município de Belo Horizonte, o Programa "Pet Stop" em todas as praças e locais de grande movimento e dá outras providências"***.

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 04/08.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 03 encontra-se a justificativa do autor.

Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl.10.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

Câmara Municipal de Belo Horizonte - 27/06/2017 - 16:57 - 00019-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de qualquer país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, *"Instituir no Município de Belo Horizonte, o Programa 'Pet Stop' em todas as praças e locais de grande movimento e dá outras providências"*.

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta ou não dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando atinge a Constituição Federal e ou a Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto *de tuna* quanto *de outra ou de ambas*.

O Projeto em tela é de interesse do Município, nos termos que dispõe o art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH, que definem a competência do Legislativo e do Executivo municipal para elaboração de leis municipais sobre assuntos de interesse local.

O PL em tela está de acordo com as normas da Carta Magna de 1988, que estabelece em seu art. 225 que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Legalidade

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo promover a educação ambiental através de um novo conceito de higiene e limpeza urbana, evitando doenças, mau cheiro e desconforto gerados pela postura inadequada de donos de animais domésticos.

A Lei Estadual nº 10.048, de 24 de setembro de 1.999, em seu art. 38 estabelece que o proprietário de animal doméstico tem obrigação de mantê-lo em perfeitas condições sanitárias e de saúde, compatíveis com a preservação da saúde coletiva e a prevenção de doenças.

Também a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte em seu art. 151, determina que: *“O Município manterá sistema de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo...”*.

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

Técnica legislativa

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 216/17.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER 1º TURNO- PROJETO DE LEI 217/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 217/2017 de autoria do Vereador Fernando Borja que ***“Altera a Lei 7.317/1997 que dispõe sobre o atendimento preferencial a gestante lactante, pessoa com criança de colo, pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, tornando obrigatório aos supermercados, o serviço de empacotamento nos caixas destinados ao atendimento prioritário”.***

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fl. 03/06.

Não foram acostados documentos.

Às fl. 02 encontra-se a justificativa do autor.

Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator, nos termos de fl.08.

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

PROJETO DE LEI Nº 217-2017-16156-002517-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

**Douta Comissão,
Nobres Vereadores.**

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de qualquer país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.

No Brasil a Constituição da República é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Constitucionalidade

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando se atinge os preceitos da Constituição da República e/ou Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto de uma quanto de outra ou de ambas.

O artigo 21 da Constituição da República trata daquilo que compete à União. O artigo 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o artigo 24 aponta a competência da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Por fim o artigo 30, inciso I assevera que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local.

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, *“Alterar a Lei 7.317/1997 que dispõe sobre o atendimento preferencial a gestante lactante, pessoa com criança de colo, pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, tornando obrigatório aos supermercados, o serviço de empacotamento nos caixas destinados ao atendimento prioritário”*.

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta ou não dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. A inconstitucionalidade caracteriza-se quando atinge a Constituição Federal e ou a Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos tanto *de tuna* quanto *de outra ou de ambas*.

O Projeto em tela é de interesse do Município, nos termos que dispõe o art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH, que definem a competência do Legislativo e do Executivo municipal para elaboração de leis municipais sobre assuntos de interesse local.

O atendimento preferencial previsto na proposição de Lei em tela é competência da União, do Estado e dos Municípios.

Sendo assim e, diante do acima mencionado a proposição em comento sob o ponto de vista constitucional, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Legalidade

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo garantir o serviço de empacotamento nos caixas destinados ao atendimento prioritário.

A Lei Federal nº 10.048, de 08 de novembro de 2.000, em seu art. 1º estabelece que *“As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei”*.

Também a Lei Federal nº 8.0787, de 11 de setembro de 1990 *“Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”*.

A Lei Municipal nº 7.317, de 07 de julho de 1997 *“Dispõe sobre o atendimento preferencial a gestantes, lactante, pessoa com criança de colo, pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e pessoa com deficiência ou como mobilidade reduzida”*.

Assim, percebe-se que a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata.

Assim, não há que se falar em ilegalidade na proposição em tela.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimentalidade

O artigo 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como um todo. Todavia, após a distribuição dela (artigo 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.

Dispõe o artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra "a" e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no artigo 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico, não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com **artigo 48, inciso I, c/c o artigo 52, inciso I, alínea "a" e 1º do artigo 98 e artigo 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

Técnica legislativa

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, já deixo manifesto que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 217/17.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017.

VEREADOR IRLAN MELO
Relator CLJ